



VII Congresso de Pesquisa e Extensão da FSG
V Salão de Extensão

<http://ojs.fsg.br/index.php/pesquisaextensao>

ISSN 2318-8014



**PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR COMO MEIO DE
EDUCAÇÃO NÃO FORMAL**

Renata Alves Valente^a, Bianca Elisa Uebel^a, Monique Cristina Calza^a, Sabrina Guerra^a, Sabrina Ribeiro da Rosa^a, Tatiele Jacques Bossi^{a*}

a) Curso de Psicologia da FSG Centro Universitário.

Informações de Submissão

*Autor correspondente (Orientador)
Tatiele Jacques Bossi, endereço: Rua Os
Dezoito do Forte, 2366 - Caxias do Sul - RS -
CEP: 95020-472

Palavras-chave:

Primeira Infância Melhor. Educação não formal.
Psicologia educacional.

Resumo

No presente artigo será apresentado o Programa Primeira Infância Melhor – PIM, através de um ensaio teórico. Desta forma, por meio de uma breve revisão bibliográfica será descrito sobre os métodos, funcionamento e público atendido pelo mesmo. O objetivo desta pesquisa é descrever o PIM como um meio de educação não formal. Por este motivo, ao longo deste artigo será redigido sobre os métodos de ensino das três formas de educação, formal, informal e não formal. Assim, relacionando os temas abordados, será possível entender que por conta da forma como as visitas do Programa Primeira Infância Melhor são realizadas, bem como pelo modo de compartilhamento de experiências entre visitador (a), família e comunidade, o PIM se configura como um atual meio de educação não formal.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo descrever o Programa Primeira Infância Melhor – PIM como um meio de educação não formal. Para abordar este tema foi realizado um ensaio teórico. Dessa forma, este artigo é composto de três tópicos, a saber: 1) O Programa Primeira Infância Melhor – PIM; 2) Educação formal, informal e não formal: algumas definições; e, 3) O PIM e a educação não formal. Com isso, será possível discutir sobre o PIM como um importante contexto de educação não formal.

2 O PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR – PIM

O Programa Primeira Infância Melhor – PIM, foi impulsionado pelo Plano Nacional de Educação – PNE, que integrou a educação infantil ao sistema de educação, no ano de 2001, apresentando, pela primeira vez, objetivos específicos e diretrizes para a faixa etária de zero a seis

anos de idade. Por este motivo, no ano de 2003 é implantado o PIM no estado do Rio Grande do Sul para atender a grande demanda de atenção à primeira infância (VERCH, 2017). A metodologia deste teve como base o programa cubano “Educa a tu hijo”, utilizando deste a forma de visita domiciliar e ainda, as linhas teóricas, como Vygotsky na teoria histórico-cultural das famílias atendidas, nas abordagens da teoria de aprendizagem de Piaget, nas descobertas de neurociência a respeito do desenvolvimento inicial, bem como a teoria de desenvolvimento e formação de vínculos afetivos de Bowlby. Por fim, foram incorporadas no programa as colaborações de Winnicott, acerca da influência dos papéis materno e paterno, assim como do ambiente em que a criança está inserida para o seu desenvolvimento psicológico (BETTI; NUNES; RIOS; SILVA, 2008).

A partir deste ponto, o PIM foi implantado em 45,5% dos municípios pertencentes ao estado, passando a dar maior visibilidade para esta política pública. Desta forma, o resultado visível no atendimento com as crianças e gestantes passou a ter valorização dos gestores da Secretária Estadual da Saúde e demais secretarias envolvidas. Assim houve o reconhecimento do governo do Estado, que em 2006 instituiu o Programa como membro da Política Estadual de Promoção e Desenvolvimento da Infância, Lei nº. 12.544, tornando o sul do país pioneiro no atendimento de crianças sem atendimento escolar que estariam em situação de vulnerabilidade social (RAMIRES; SCHNEIDER, 2007).

O PIM tem como principal foco o desenvolvimento das crianças de zero a seis anos de idade, mas contempla também as gestantes que vivem na comunidade atendida. As visitas realizadas pelo PIM são separadas por modalidades (de atenção individual ou grupal), contempladas pela abordagem comunitária. A modalidade de atenção individual: ocorre com as famílias que tenham crianças de zero a dois anos e onze meses de idade, bem como, com as gestantes. Esta é realizada na casa das famílias, pois segundo Giacomozzi, Lacerda, Oliniski e Truppel (2006) a visita domiciliar envolve a execução de atividades educativas, bem como orientação, escuta e trabalho em conjunto com quem está sendo atendido. Desta forma, estas atividades devem ser realizadas por profissionais da área da saúde e da educação que direcionem os objetivos tanto a criança acompanhada, quanto aos cuidadores que estão presentes.

Assim, os visitantes são selecionados pelo grupo técnico do programa e devem estar cursando o ensino superior, tendo capacitações contínuas para que possam ter propriedade sobre os temas e atividades que irão abordar diante das famílias (GRAVE; MESSER, 2012). Deste modo, é possível informar estes sobre quais os aspectos serão estimulados pela atividade que está sendo orientada, ou quais serão os benefícios das atividades para a dupla mãe-bebê no caso das gestantes

ou mães de bebês. Esta modalidade traz três momentos: no primeiro, o visitador retoma as atividades da visita passada e explica a atividade que será realizada no dia; o momento da atividade em si, no qual a mesma será desenvolvida sobre a observação e apoio do visitador; e o momento final em que o visitador avalia junto à família o que foi observado do desempenho da criança durante a tarefa. Ainda neste momento as famílias podem tirar suas dúvidas sobre as dimensões abordadas e seus objetivos. Estas visitas trazem como principal fonte de pesquisa o “Guia da Família” (PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR, 2016a), o “Guia da Gestante” (PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR, 2016b) e o “Guia da Gestante para o Visitador” (PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR, 2016c), pois além do desenvolvimento infantil o PIM visa também o protagonismo de cada família, consolidando suas aptidões para educar as crianças, protegê-las e prestar cuidados, firmando os vínculos afetivos familiares, proporcionando o esclarecimento sobre dúvidas a respeito de seus direitos e também deveres (VERCH, 2017).

Ainda ocorre em alguns municípios a modalidade de atenção grupal: esta é desenvolvida em associações comunitárias, salões paroquiais, parques infantis, salas das Unidades Básicas de Saúde - UBS, ou num espaço disponibilizado pelas próprias famílias participantes. Esta modalidade é dirigida para as famílias com crianças dos três aos seis anos de idade, que não estejam inseridos na educação infantil, e se dá através de jogos, brincadeiras, atividades lúdicas e educativas. Ainda, são realizados encontros que visam temas para a família, como limites, datas comemorativas, reflexões sobre os papéis familiares, momentos de troca de experiências entre os indivíduos, entre outras. Estas são planejadas pelos visitadores, com orientação dos monitores e supervisão também do Grupo Técnico Municipal - GTM. Esta modalidade pode correr também com gestantes, trazendo informações sobre diversos temas, como por exemplo, a importância da amamentação, o momento do parto, o puerpério, as formas de violência obstétrica, promovendo socialização e troca de vivências. Nos grupos ocorrem três processos: o inicial, no qual se organiza e se desenvolvem as atividades, além de motivar e orientar os participantes; o momento de atividade em si que promove a participação das crianças com a família nas atividades; e o momento final, de avaliação da atividade, onde se solicitam sugestões para os próximos encontros, e a orientação, quando possível, de continuação da atividade no ambiente familiar. Ainda, conforme Dias, Santana, Soares e Thofehr (2009), esta modalidade possibilita maior integração entre os sujeitos que vivem na comunidade, bem como faz com que estes se sintam mais confortáveis, pois estão na companhia de pessoas que compartilham de vivências bastante semelhantes das suas. Assim, as mesmas se tornam mais ativas no grupo e conseguem efetivar mudanças tanto em si, quanto no seu ambiente (RAMIRES; SCHNEIDER, 2007).

O público prioritário do programa são as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF. Por este motivo, ao contrário dos autores citados acima, Klein (2012) afirma que o objetivo do PIM por meio das informações e orientações levadas pelos visitantes busca estabelecer a posição que as mulheres-mães pobres devem ocupar na educação das crianças. Desta forma, se tornando “a principal fonte de amor, estímulo e segurança” que esta criança terá, a autora relata:

O excerto visibiliza a produção de uma pedagogia centrada na criança, instituindo a posição de sujeito de “mãe-professora”, capaz de atuar em casa, no pátio, na cozinha – uma mãe que necessita estudar o guia para aprender a brincar com as crianças, explorar o espaço, realizar atividades motoras. A “mãe-professora” é quem deverá suprir a ausência de uma educação infantil de qualidade que não está ao alcance de muitas famílias pobres brasileiras. (KLEIN, 2012, p. 654).

Klein (2012) ressalta que o “Guia da família” é dividido por faixa etária, onde estão descritas algumas orientações e atividades para que a criança realize tarefas que já tem capacidade. No fim de cada faixa etária existem os indicadores da mesma, onde estão presentes ações que esta criança estaria realizando quando a completasse. Por este motivo, a autora afirma que a natureza da criança seria o estímulo por meio de práticas educacionais para atingir as tarefas determinadas. Corroborando com esta afirmativa, Walkerdine (2007) disserta sobre a importância de ver aquela criança como singular, libertando sua criatividade, fazendo dela o centro da aprendizagem. Assim, se for trabalhado para que ela alcance estes indicadores gerais, o objetivo proposto por Walkerdine seria perdido.

A autora Klein (2012) ainda em sua crítica ao PIM relata que este é uma política pública que situa as mulheres como pessoas que precisam ser ensinadas, mas que por outro lado busca propagar que a mulher deve ser a responsável por amar toda a família, sendo ouvinte, respeitosa, buscando a harmonia entre a família de forma sorridente e feliz. A crítica da autora faz referência ao uso do PIM como meio que dissemina uma representação de uma maternidade desejável e aceita pela sociedade, enquanto classifica as mães inaceitáveis e também indesejáveis. Por fim, ela descreve que:

Fica nas entrelinhas que as mulheres pobres precisam aprender uma forma específica de amar e demonstrar esse amor pelas crianças, principalmente pela adesão a determinados hábitos, que incluem: alimentar, higienizar, organizar horários e rotinas, estimular, além de outras formas específicas de cuidar das crianças. (KLEIN, 2012, p. 656).

No entanto, conforme Carvalho, Magarães, Morais e Pinto (2015) o Programa Primeira Infância Melhor orienta as famílias que tenham maior vulnerabilidade social, não somente no âmbito financeiro, ou seja, não necessariamente mães pobres. Então, por meio de suas culturas e experiências estimulam o desenvolvimento integral das crianças visitadas. O mesmo trata do PIM como um “avanço na valorização no desenvolvimento infantil por parte dos poderes públicos”, sendo que como os pais são os principais modelos para as escolhas e os princípios educacionais das crianças, o PIM tem como diretriz a abordagem centrada na família e nos seus valores.

3 EDUCAÇÃO FORMAL, INFORMAL E NÃO FORMAL: ALGUMAS DEFINIÇÕES

Quando se fala em tipos de educação, pode-se identificar a diferença entre as três modalidades -formal, não formal e informal- pelo ambiente onde cada uma destas é praticada, como também, pela maneira como cada uma é predisposta. Enquanto forma de ensino-aprendizagem, pode-se concluir que a educação é adquirida ao longo da vida dos cidadãos. Dessa forma, é imprescindível pontuar as diferentes modalidades de educação no processo de aprendizagem (MARANDINO; SELLES; FERREIRA, 2009).

Segundo Gohn (2006), a educação formal é realizada em ambientes escolares, sendo um espaço organizado com regras e leis. O mesmo tem conteúdos programados, sendo dividido por disciplinas, grau de conhecimento e idades dos alunos. Essa modalidade tem como principal objetivo a construção de conhecimento e aprendizagem de conteúdo programado, tornando o sujeito da aprendizagem apenas um ouvinte. Em contrapartida é o professor o transmissor de todo o conhecimento passado aos alunos, sendo que ele também realiza a organização dos conteúdos que serão apresentados e as avaliações que visam verificar o nível de aprendizagem de cada discente, classificando-os em “aptos” e “não aptos” a ingressarem em um novo nível. Por conseguinte, verifica-se que essa modalidade não se atenta às vivências do sujeito. Na educação formal, também podem-se observar os padrões de comportamento exigidos do sujeito para que frequente o ambiente, sendo este, segundo Gohn (2006), uma forma de preparar o mesmo para a vida em sociedade e assim fazê-lo um cidadão ativo.

Já na educação informal pode-se observar que ela ocorre em diversos espaços, não possuindo um local específico para seu desenvolvimento, como também um padrão de aprendizagem. Ela acontece de forma não organizada e tem como objetivo socializar os sujeitos envolvendo, assim, os valores e cultura de cada lugar. Os principais agentes do processo de aprendizagem desta educação são os pais, vizinhos, amigos mais próximos ou qualquer pessoa que transmita algum saber. O ser humano não pode esquivar-se da educação informal, pois ela faz parte do meio e esse causa constante influência na sociedade (LIBÂNEO, 2001).

Por outro lado, encontra-se a educação não formal, que é focada no ser humano como parte de um todo, como cidadão do mundo (GOHN, 2006). Ela visa o compartilhar de ideias e experiências de cada indivíduo do grupo, colaborando para a formação de um cidadão pleno e desenvolvendo os princípios da coletividade, reflexão e participação social. O mesmo autor ainda afirma que essa

modalidade de educação é um processo organizado, mas os resultados de aprendizagem não são avaliados formalmente e sim observados como forma de desenvolvimento, levando em consideração as vivências prévias do sujeito. Neste sentido, é impossível definir a educação não formal sem associar a fatores sociais que envolvem a participação, os laços sociais de apoio e a interatividade.

A educação não formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. (GOHN, 2006, p. 2).

A educação não formal foi reconhecida a partir da década de 90, onde passaram a incentivar os métodos de aprendizagem em grupos, dando grande importância aos valores culturais que encadeiam as ações dos sujeitos. Destarte, a educação não formal se faz presente ao longo de toda nossa história, difundindo conhecimentos e saberes. Contudo, após o século XIX, quando a escolarização passa a ser regulamentada, pode-se perceber uma demanda acerca do discurso pedagógico no que diz respeito à educação escolar. Compreende-se, portanto, que um dos fenômenos mais significativos dos processos sociais contemporâneos é a ampliação dos 128 conceitos de educação e a diversificação das atividades educativas, levando, por consequência, a uma diversificação da ação pedagógica na sociedade (LIBÂNEO, 2001).

Conforme afirma Felício (2011), o objetivo da educação não formal não é substituir a educação formal/escola, mas sim acrescentar a educação que é oferecida nas instituições de ensino tradicionais, buscando a integração dos indivíduos ao meio social, tornando-se indispensável para a formação do indivíduo de qualquer faixa etária. Podemos observar também os inúmeros benéficos que a educação não formal traz a quem a vivencia, ela é uma educação emancipadora, que busca o fortalecimento das famílias, trazendo para dentro do ambiente o debate sobre seus direitos. Ela auxilia no desenvolvimento da criança e aprimora habilidades motoras e cognitivas, traz a criança que ainda não está em situação escolar regular para o âmbito da educação. Em longo prazo, também é possível observar que a probabilidade de reprovação em crianças que participaram de algum tipo de educação não formal é quase 50% menor das que não participaram. Programas de educação não formal também se mostram excelentes em questão do custo-benefício, da redução da pobreza e da promoção do crescimento econômico em países onde são instaurados. A intersectorialidade destes programas também enriquece a vivência, pois proporciona o contato com as mais variadas áreas, como Saúde,

Educação e Assistência Social podendo assim, articular uma rede de prevenção e proteção. Acerca de programas voltados a educação não formal, podemos concluir que:

Inclui serviços devotados ao crescimento físico e intelectual de crianças em seus primeiros anos de vida (de zero a seis anos). Estes serviços incluem creches, pré-escolas, visitas domiciliares por profissionais treinados, serviços de saúde e nutrição e educação aos pais. Intervenções importantes no início da vida são vistas como pequenos investimentos que geram altos retornos no bem-estar físico, mental e econômico durante a vida da criança e do adulto. As pesquisas também demonstram que as intervenções precoces são especialmente benéficas para crianças carentes. (BANCO MUNDIAL, 2002, p. 8).

4 O PIM E A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

A educação não formal pode se configurar como uma importante ferramenta no processo de formação da cidadania dos sujeitos, de modo que ocorre em qualquer nível social ou de escolaridade. Desta forma, quando a mesma é realizada juntamente de comunidades que tenham vulnerabilidade social, econômica e familiar, pode proporcionar o resgate cultural das pessoas participantes, valorizando suas experiências e vivências anteriores (GOHN, 2009). Tal como o Programa Primeira Infância Melhor – PIM que tem como um de seus principais pilares a valorização e a significação das comunidades atendidas, visando o acesso aos direitos das famílias, potencializando suas construções culturais, costumes e conhecimentos que possam colaborar para a melhor qualidade de vida, principalmente das crianças visitadas de zero a seis anos, gestantes e de suas respectivas famílias (UNESCO, 2007).

Conforme Chamorra (2012), para o bom andamento do programa é importante que haja uma sensibilização das famílias. Para que esta ocorra é fundamental que se faça uma caracterização da área em que vivem, bem como, do seu funcionamento. Sendo necessário, juntamente com estas, compreender e discutir crenças, valores e práticas que as famílias possuem. Da mesma maneira que o modo de educação não formal, que é um meio de educação fora do ambiente escolar que utiliza de diversas atividades e experiências, que subjetivem os sujeitos para que os temas abordados durante os encontros façam sentido para os mesmos e sejam apreendidos (FÁVORA, 2007).

Ainda, é possível retomar que a educação não formal se dá fora do ambiente das escolas, pois a mesma não segue as estruturas institucionais sólidas abordadas nas salas de aula. Sendo que a educação não formal, como já abordado, busca primeiramente a compreensão do ambiente em que o sujeito está inserido, principalmente da sua cultura, para que após consiga utilizar a mesma na significação dos conteúdos transmitidos na escola (SPOSITO, 2008). Este modo de educação pode ocorrer no território da comunidade, onde os indivíduos possam participar e se integrar da mesma, bem como, possam trocar experiências que acrescentem na construção de cidadãos plenos. Os

objetivos desta educação são os seguintes: educação para a cidadania; para a justiça social; liberdade; igualdade; democracia; educação para direitos sociais, políticos, culturais e para a democracia (GOHN, 2006).

Na estrutura do Programa Primeira Infância Melhor é determinado que as visitas ocorram nas residências das famílias que aderem o mesmo, bem como, em espaços da comunidade, como, Unidades Básicas de Saúde – UBS, centros comunitários, Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, entre outros. O ponto fundamental na escolha do espaço é a proximidade das casas das famílias, para facilitar a presença destas nas atividades (RAMIRES; SCHNEIDER, 2007). Para que ocorra um bom desenvolvimento das ações na comunidade são importantes que estejam presentes alguns requisitos: levantamento das necessidades, hábitos, costumes e interesses; levantamento dos recursos da comunidade; planejamento em conjunto com secretarias, comitês, coordenadorias e parceiros; divulgação das atividades propostas e envolvimento da própria comunidade (Primeira Infância Melhor, 2016a).

Baseia-se no trabalho com a participação dos diversos grupos e segmentos da comunidade, tendo como objetivo melhorar a qualidade de vida da população, estreitar as relações sociais entre todos os membros da comunidade e motivar as famílias para outras formas de entretenimento e enriquecimento pessoal. (PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR, p.21, 2007).

É plausível citar o funcionamento do programa onde é possível associar a metodologia do mesmo com o método de educação não formal. Nas atividades individuais é sempre levado em consideração, por exemplo, a religiosidade da família, os interesses musicais destas e a sua composição familiar. Costumeiramente são realizados eventos com base em datas comemorativas, porém para a execução das mesmas são levadas em consideração a cultura da comunidade atendida e também as particularidades de cada família que irá participar. Com sustentação nestas concepções são idealizadas as atividades que serão efetuadas, para que assim seja possível trazer temas e construir conhecimentos em conjunto, com referência nas culturas tanto da comunidade que são compartilhadas, quanto individuais, sendo trazida a tona para reflexão e discussão dos mesmos.

A ideia é que a participação tende a aumentar à medida que o indivíduo participa, ela se constitui num processo de socialização e faz com que, quanto mais as pessoas participam, mais tendam a continuar neste caminho. Em outras palavras, é participando que o indivíduo se habilita à participação, no sentido pleno da palavra, que inclui o fato de tomar parte e ter parte no contexto onde estão inseridos. (GOHN, 2014, p. 36).

Em relação à infância, público prioritário do programa, Belloni (2007) relata que as crianças são propensas a aprender por meio da observação, da utilização de modelos. Esta criança está conhecendo um universo totalmente novo, assim socializando por meio de apropriação de tudo que o cerca e também de construção de conhecimentos. Desta forma, até a mesma ingressar na

escolarização, está aprendendo sobre o que a cerca observando seus familiares, ou seja, são os mesmos que irão lhe introduzir fundamentalmente sua cultura e valores. Logo após, esta criança poderá participar de jogos com regras, pois nesta fase da socialização começará a respeitar regras e compreender que estas existem e devem ser cumpridas para uma boa relação com as pessoas que a cercam. Dentro disso, o PIM vem como auxiliador neste processo de socialização e aquisição de cultura, pois com as atividades preparadas para determinada família, irá transmitir os objetivos da mesma. Assim, inserindo regras durante a execução, mostrando para os responsáveis desta criança como estes funcionam de modelo para a mesma, tornando visível o papel influente que tem na vida deste sujeito que está formando aprendizagens que estarão presentes em si na adolescência, adultez e velhice (RAMIRES; SCHNEIDER, 2007).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos abordados ao longo deste artigo, é possível afirmar que o Programa Primeira Infância Melhor se configura como um meio de educação não formal. O mesmo corrobora com os principais ideais formadores da educação não formal, ocorre num espaço não escolar, aborda aspectos da cultura e vivências das pessoas, seja em grupo ou individualmente para construir conhecimentos a partir da base que já possuem, busca dar autonomia para que estes sujeitos reflitam sobre o meio em que estão inseridos, informa sobre seus direitos e auxilia na formação de cidadãos com valores e princípios formados com base na observação da sua família, comunidade e sociedade como um todo.

Em relação às três modalidades de ensino (educação formal, informal e não formal), pode-se assegurar que o Programa Primeira Infância Melhor é um importante contexto de educação não formal. Além disso, este contribui para o desenvolvimento das dimensões motora, cognitiva, socioafetivo e linguagem, daquelas crianças que não estão inseridas no âmbito da educação formal. Sendo assim, conclui-se com uma proposição de cunho sociopolítico: instaurar o Programa Primeira Infância Melhor em mais cidades do território brasileiro, para que assim seja possível trazer a criança para o contexto da educação antes mesmo desta estar no ambiente escolar, como também, prevenir e proteger famílias em vulnerabilidade social, promover um crescimento socioeconômico para o país e buscar a reflexão sobre a cultura em que o sujeito está inserido, analisando as necessidades ou não de mudanças no mesmo.

6 REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, L. F.; DAL'LGNA, M. C.; KLEIN, C.; MEYER, D. E. Vulnerabilidade, gênero e políticas sociais: a feminização da inclusão social. **Revista Estudos Feministas**, v.22, n. 3, p. 885-904, 2014.
- ARANTES, V. M.; GHANEM, E.; TRILLA, J. **Educação formal a não-formal: pontos e contrapontos**. 1. ed. São Paulo: Editorial Summus, 2008.
- BELLONI, M. L. Infância, Mídia e Educação: revisitando o conceito de socialização. **Revista Perspectiva**, v. 25, n. 1, p. 57-82, 2007.
- CARVALHO, A. M.; MAGALHÃES, L. C.; MORAIS, R. L. S.; PINTO, P. A. F. Primeira Infância e Pobreza no Brasil: uma análise integrada a partir de indicadores em saúde, educação e desenvolvimento social. **Revista Políticas Públicas**, v. 19, n. 1, p. 303-314, 2015.
- CHAMORRA, L. M. **Promoção de saúde bucal no Programa Primeira Infância Melhor em São Borja – RS**. 2002. 44f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2012.
- DIAS, D. G.; SANTANA, M. G.; SOARES, L. C.; THOFERN, M. B. Educação em saúde na modalidade grupal: relato de experiência. **Revista Ciência, Cuidado e Saúde**, v.8, n.1, p.118-123, 2009.
- FÁVARO, O. Educação não formal: contextos, percursos e sujeitos. **Revista Educação Social**, v.28, n.99, p.614-617, 2007.
- FELICIO, H. M. S. A instituição formal e a não-formal na construção do currículo de uma escola de tempo integral. **Educação em Revista**, v. 27, n.3, p. 163-182, 2011.
- GOHN, M. G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 14, n. 50, p. 27-38, 2006.
- _____. Educação não formal, educador (a) social e projetos sociais de inclusão social. **Revista Cesgranrio**, v. 1, n.1, p. 28-43, 2009.
- _____. Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. **Investigar em Educação**, n.1, p. 35-50, 2014.
- GIACOMOZZI, C. M. et al. Atenção à Saúde no Domicílio: modalidades que fundamentam sua prática. **Revista Saúde e Sociedade**, v.15, n.2, p.88-95, 2006.
- GRAVE, M. T.; MESSER, V. M. Estudo do desenvolvimento motor de crianças de 4 a 12 meses atendidas em uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) x crianças atendidas pelo Programa Primeira Infância Melhor (PIM). **Revista Caderno Pedagógico**, v.9, n.2, p.73-91, 2012.

KLEIN, C. Educação de mulheres-mães pobres para uma “infância melhor”. **Revista Brasileira de Educação**, v.17, n.51, p.647-660, 2012.

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos: Inquietações e buscas. **Revista Educar**, v.1, n.17, p.153-176, 2001.

PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR. **Guia de Orientação para GTM, Monitor e Visitador**. 1 ed. Porto Alegre: Relâmpago, 2007.

_____. **Guia da Família**. 7 ed. Porto Alegre: Corag, 2016a.

_____. **Guia da Gestante**. 7 ed. Porto Alegre: Corag, 2016b.

_____. **Guia da Gestante para o Visitador**. 7 ed. Porto Alegre: Corag, 2016c.

MORO, F. C. B. **Atuação do visitador do Programa Primeira Infância Melhor no município de Uruguaiana, RS**. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Trabalho de conclusão de curso (Pós-graduação em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

RAMIRES, V. R.; SCHNEIDER, A. **Primeira Infância Melhor: uma inovação em políticas públicas**. 1. ed. Brasília: UNESCO, 2007.

SPOSITO, M. P. Juventude e educação: interações entre a educação escolar e a educação não-formal. **Revista Educação e Realidade**, v.33, n.2, p. 83-98, 2008.

WALKERDINE, V. Ciência, razão e a mente feminina. **Revista Educação e Realidade**, v.32, n.1, p.7-24, 2007.